

## QUANDO A DIVERSIDADE É MORTA: OS APELIDOS E SUAS VIOLÊNCIAS

Kaluany Honda Leone

Universidade Federal de Juiz de Fora – Programa de Pós-Graduação em Educação, [kaluanyhl@hotmail.com](mailto:kaluanyhl@hotmail.com)

**Resumo:** A escola vive atualmente momentos de grandes embates e questões a serem resolvidas urgentemente. A violência surge no contexto escolar assumindo diversas facetas, muitas delas veladas que chegam a assumir um caráter quase inocente. Dessa maneira, enxergar as relações estabelecidas dentro da escola e desvelar o caráter de cada uma delas, faz-se necessário para que a violência – no seu âmbito mais abrangente – seja evidenciada, para que possibitemos reflexões que levem a condição humana ser respeitada. No chão da escola, respeitar a subjetividade de cada ser humano individual, faz-se um problema urgente, pois ao percebermos as relações de poder que se estabelecem neste espaço, damos lugar, criamos estratégias para que se verifique o poder de uns sobre os outros ou proporcionemos relações horizontais de convivência onde a identidade de cada indivíduo possa ser estabelecida por ele mesmo e não determinada por outros. É sob esta perspectiva que o uso dos apelidos no cotidiano escolar assume seu caráter violento. Ao dizermos ao outro quem ele é ou o que parece ser, determinamos sua identidade, reduzimos a possibilidade de ser e estar no mundo do outro que está à nossa frente, considerando apenas nossos pontos de vista e nossa maneira de também ser e estar no mundo, desconsiderando a pluralidade inerente à vida humana.

**Palavras-chave:** apelidos, violência, diversidade.

### Introdução

A escola vive atualmente momentos de grandes embates e questões a serem resolvidas urgentemente. A violência surge no contexto escolar assumindo diversas facetas, muitas delas veladas que chegam a assumir um caráter quase inocente. Dessa maneira, enxergar as relações estabelecidas dentro da escola e desvelar o caráter de cada uma delas, faz-se necessário para que a violência – no seu âmbito mais abrangente – seja evidenciada, para que possibitemos reflexões que levem a condição humana ser respeitada.

As relações sociais rotineiras, em ambientes estabelecidos – como a escola – permite que nos encontremos e nos relacionemos com o Outro, que nos é estranho e diferente e, estar frente-a-frente com este “Outro”, este “estranho”, nos “permite” (e este permite entre aspas, pois tal permissão nos é dada por nós mesmos, por acreditarmos que possuímos alguma condição, talvez até superior, para o julgamento, classificação e enquadramento do Outro) categorizar, atribuir e até



mesmo definir a identidade social daquele que a nós se apresenta, violentando toda sua subjetividade.

No chão da escola, respeitar a subjetividade de cada ser humano individual, faz-se um problema urgente, pois ao percebermos as relações de poder que se estabelecem neste espaço, damos lugar, criamos estratégias para que se verifique o poder de uns sobre os outros ou proporcionemos relações horizontais de convivência onde a identidade de cada indivíduo possa ser estabelecida por ele mesmo e não determinada por outros.

Souza e Fleuri(2003) nos elucidam:

[...] a identidade, sendo definida historicamente, é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (SOUZA E FLEURI, 2003, P. 56).

É sob esta perspectiva que o uso dos apelidos no cotidiano escolar assume seu caráter violento. Ao dizermos ao outro quem ele é ou o que parece ser, determinamos sua identidade, reduzimos a possibilidade de ser e estar no mundo do outro que está à nossa frente, considerando apenas nossos pontos de vista e nossa maneira de também ser e estar no mundo, desconsiderando a pluralidade inerente à vida humana.

Sobre a prática discriminatória, nos comenta Candau (2003):

[...] a multiplicidade de rostos que a prática discriminatória pode adquirir, além das formas de discriminação de caráter étnico e social: de gênero e de orientação sexual, em relação a determinadas etapas da vida, as regiões geográficas de origem, a características físicas e relacionadas à aparência, a grupos culturais específicos, etc. Talvez seja possível afirmar que estamos imersos em uma *cultura da discriminação* onde a demarcação entre *nós* e *os outros* seja uma prática social permanente manifestada pelo não-reconhecimento dos que consideramos não apenas diferentes, mas, em muitos casos, *inferiores*, por assumirem características e comportamentos distintos. [grifos da autora] (CANDAU, 2003, P, 90-91).

Sob a perspectiva das diferenças, o humano se constitui pela subjetividade individual e coletiva com o Outro pelas diferenças múltiplas, sem que a sua subjetividade seja reduzida pela noção de sociedade, da mesma forma, sem que sobressaia o individual frente às manifestações coletivas de um grupo social. Não obstante, Candau (2003) ainda afirma que:

Os processos de discriminação são complexos e estão fortemente enraizados na nossa formação histórica, marcada por processos de dominação, dependência, exclusão, escravização, forte hierarquização social, concentração do poder e autoritarismo, aspectos que denotam de modo contundente a negação do *outro* [grifos da autora] (CANDAU, 2003, p. 91).

Sem embargo, Gert Biesta (2013) propõe que os indivíduos somente podem tornar-se presença, ou seja, somente podem se fazer existir, por meio das relações com outros indivíduos. É dizer, somente nos tornamos presença através de nossas relações com aqueles que não são como nós, somente vimos ao mundo através do nosso encontro com o Outro que nos é estranho e diferente. Sem embargo, este encontro nem sempre se dá amistosamente. A bem da verdade, na história da humanidade, o homem carrega em si o histórico de não haver se lançado ao Outro através da compreensão, da abertura e do diálogo. Temos sim, massacrado, ignorado, assimilado, excluído, incluído, aceitado o Outro, mas compreendido, ainda não. Talvez porque o Outro nos perturbe e nos incomode, com sua palavra, com sua presença, com sua novidade, com suas ideias.

Segundo Candau (2002), nossa formação histórica é conhecida pela escravização e pela eliminação física do Outro, como negação de sua alteridade, porém, hoje vivemos com a consciência da necessidade de uma nova estrada, para um novo lugar.

Trata-se de eliminar a padronização e todas as formas de desigualdade. Significa construir uma igualdade a partir do direito básico de todos, considerando que esses “todos” não são padronizados, muito menos, os “mesmos” e portanto, devem ter suas diferenças reconhecidas na construção da igualdade (Candau, 2002).

Considerando que a educação nunca é neutra, talvez pudéssemos nos apropriar da ideia de Biesta (2013) e dizer que ela é uma intervenção cujo fim é melhorar a vida de quem a ela se submete, torná-la mais harmoniosa e porque não dizer, mais humana?

Neste viés, podemos pensar que a escola é a base de sustentação na qual emergem múltiplas maneiras para os seres humanos virem ao mundo e se tornarem seres únicos e singulares. Biesta (2013) complementa: “vimos ao mundo como seres únicos e singulares pelas maneiras em que assumimos nossa responsabilidade pela outridade dos outros, como acontece naquelas situações em que falamos com nossa própria voz”. A violência se corporifica a partir do momento em que brecamos a alteridade, em que impedimos as possibilidades do Outro de vir ao mundo.

Para uma melhor compreensão do termo “violência”, a Organização Mundial da Saúde – OMS – (2007) define como violência a “imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. É a partir desta perspectiva que o apelido revela seu caráter violento. Talvez seja possível refletir que ao colocarmos um apelido em alguém, estamos querendo dizer o que esse alguém é, o que ele traz consigo, sem darmos-lhe a possibilidade de nos dizer quem é e realmente ser quem desejar.

E Guimarães (2004) nos ajuda a elucidar:



A violência, tanto na educação como no conjunto da sociedade, constitui-se como uma forma de expressão dos que não têm acesso à palavra (...). Quando a palavra não é possível, a violência se afirma e a condição humana é negada. Neste sentido, a reversão e a alternativa à violência passam pelo resgate e devolução do direito à palavra, pela oportunidade de expressão das necessidades e reivindicações dos sujeitos, pela criação de espaços coletivos de discussão, pela sadia busca do dissenso e da diferença, enfim, pela mudança das relações educacionais, ainda estruturadas no mandar e obedecer, para uma forma mais democrática e dialógica (GUIMARÃES, 2004, p. 3).

Nossas relações rotineiras de encontrar com o Outro emergem como uma possibilidade de assumir a subjetividade nas relações que se tecem dentro do cotidiano escolar. A valorização e o reconhecimento do Outro se constitui como um rompimento que, nas palavras de Freire (1992, p. 99): “[...] é sempre um processo, e sempre um devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização”.

Partindo do princípio educativo sugerido por Biesta (2013), talvez fosse necessário resgatar através da educação, a humanidade do Homem, a fim de que não sejamos tragados pelas ondas bravias da vida. O desafio reside em um ponto crucial – salvaguardar a humanidade do ser humano, e isso apenas acontecerá, caso admitamos que exista um abismo que separa a educação da socialização, caso admitamos que a educação é, nas palavras de Biesta (2013, p. 25) “mais do que a simples inserção do indivíduo humano em uma ordem preexistente, que ela acarreta uma responsabilidade pela unicidade de cada ser humano individual”. E isso significa romper com a lógica violenta do uso de apelidos nas suas mais distintas naturezas. Significa romper com a lógica binária de preto *versus* branco, magro *versus* gordo, bonito *versus* feio, homem *versus* mulher, normal *versus* anormal. Representa habitar um entrelugar que contesta os termos das categorias e das classificações para adentrar em novas possibilidades de relações pessoais e sociais marcadas por uma política de diferenças (SOUZA E FLEURI, 2003).

É preciso que estejamos aptos à natural dialogicidade da vida, que possamos escutar o Outro, responder ao Outro, enfim, dialogar com o Outro. A vida só faz sentido com a existência do Outro. Faz-se necessário o entendimento de que isoladamente não é possível o afloramento da própria existência, e por mais frustrante que isso possa parecer, este é um fato que não vanescerá. Logo, conviver com o Outro, permitir suas ações e agir com elas, para elas e através delas, é condição importante e sobretudo necessária para que possamos vir ao mundo e promover a vinda do Outro ao mundo.

Fica a pergunta: Quem é o Outro? Ou talvez a pergunta se fizesse entender melhor com a seguinte reformulação: De quem estamos falando quando nos referimos ao Outro? Quem é o outro que sempre esteve presente no mundo, no nosso mundo, e que não fomos capazes de enxergá-lo e possivelmente ainda nem o vemos?

Deleuze apud Skliar (2002, p. 85) nos abre ao pensamento sobre quem é o Outro, em termos deleuzianos:

Que o “Outro”, propriamente falando, não seja ninguém, nem você, nem eu, significa que ele é uma estrutura, que se encontra efetuada somente por termos variáveis nos diferentes mundos de percepção - eu para você no seu, você para mim no meu. Nem mesmo basta ver no outro uma estrutura particular ou específica do mundo perceptivo em geral; de fato, é uma estrutura que funda e assegura todo o funcionamento deste mundo em seu conjunto. É que as noções necessárias à descrição deste mundo - permaneceriam vazias e inaplicáveis se o “Outro” não estivesse aí, exprimindo mundos possíveis. (tradução minha)<sup>1</sup>

O pensamento de Deleuze nos permite pensar na outridade como realmente um encontro que promove o surgimento das múltiplas possibilidades de relação do nosso eu com o Outro que se revela a nós. Pensar esse encontro consolida a ideia de que é através de uma possível sensibilidade que nos abrimos ao estabelecimento de relações através das quais surgiremos como sujeitos ativos e reflexivos e faremos surgir este sujeito no Outro que está diante de nós. Isso seguramente não existirá sem que nos abramos à experiência da surpresa do Outro, o mistério de compreendê-lo, a impossibilidade de assimilá-lo.

Assim, é importante saber que sem a novidade do Outro, sequer teremos possibilidade de ser “eu”. É necessário que saibamos enxergar através do olhar, que saibamos olhar e reconhecer o Outro como um agente que é produtor e produto, ao mesmo tempo, de relações de igualdade. E ainda mais importante, que saibamos que a outridade se silencia num olhar que não vê e que por muito tempo, temos sido silenciadores e silenciados.

Dessa maneira, chega-se ao entendimento de que devemos promover nosso encontro com o Outro, promover uma religação do eu com o Outro, entendendo a possibilidade de me juntar ao Outro e

<sup>1</sup> “Que el “Otro” no sea nadie propiamente hablando, ni usted ni yo, significa que es una estructura que se encuentra solamente efectuada por medio de términos variables en los diferentes mundos perceptivos – yo para usted en el suyo, usted para mí en el mío. No basta siquiera con ver en otro una estructura particular o específica del mundo perceptivo en general; de hecho, es una estructura que funda y asegura todo el funcionamiento del mundo en su conjunto. Y es que las nociones necesarias para la descripción del mundo (...) permanecerán vacías e inaplicables, si el “Otro” no estuviera ahí, expresando mundos posibles”.

assim tecermos relações realmente humanas. Porém, fica a pergunta: o que se espera do nosso encontro com o Outro? O que pressupõe a religação do eu com o Outro? O que se entende por estar junto ao Outro? Trata-se de nos abirmos integralmente à vicissitude de compreender o Outro esquivando-nos do lançamento da condenação peremptória em direção a este Outro, trata-se de fazer algo que ainda não fomos capazes de fazer e que é condição necessária de tudo que há por vir.

A sensibilidade nos proporcionará responder ao Outro através do indizível, nos permitirá pensar com o Outro, estar com o Outro, viver com o Outro. Essa sensibilidade nos levará ao belo campo onde se germinam as sementes da humanização das relações humanas. Tal sensibilidade tem relação com a amorosidade de que nos fala Skliar e Téllez (2008), cujo termo toma emprestado de Jacques Derrida, que se pronuncia contra toda a indiferença, o descuido, a passividade, o esquecimento, o abandono em relação ao outro. A chave da amorosidade reside em não nos tornarmos impunes quando nos direcionamos ao Outro, nem nos tornarmos imunes, quando o Outro se direciona a nós.

Sobre a educação, Skliar (2013) ainda complementa que talvez seja necessária uma nova forma de olhar, um olhar primeiro de igualdade. Para Skliar (2013), a ideia de igualdade perpassa pelo olhar e pelo reconhecer os indivíduos e a nós mesmos como iguais, num gesto tão inicial quanto simples, apartados da promessa de igualdade ou da utopia de igualdade, que durante décadas e mais décadas acabaram por fomentar a desigualdade.

O encontro do eu com o Outro em condições de igualdade, de reconhecimento como pares, abre novas possibilidades de nascimentos, de vindas ao mundo, a exposição ao Outro, a ação conjunta dos indivíduos, a influência do eu no Outro e do Outro no eu nos torna únicos e em certo sentido, humanos.

Domingo (apud Skliar&Larrosa, 2009) nos brinda com a ideia de que a educação é o lugar do encontro com o Outro e que por este motivo, faz falta que pensemos e vivamos urgentemente a partir do que nos sugere a alteridade, ou seja, formulá-la como um encontro onde nos eximimos do “direito” de converter o Outro em nossa própria programação e assumimos a responsabilidade de fazer com que esse encontro seja uma nova experiência de ser e de saber.

A prática educativa deve estar permeada por criações de sentido produzidas pelas interações dialógicas que essencialmente configuram o trabalho de educar e educar-se. Obviamente, não se trata apenas de pensar uma nova prática educativa apenas olhando nossos alunos como Outros, trata-se de que a vivência de nosso encontro se converta em uma experiência para todos, onde

nenhum dos sujeitos está concebido de antemão, onde seja possível explorar as possibilidades de ser, sonhos de ser, desejos de ser..

Percebe-se, assim, que a sociedade, e a escola em especial, explicita a necessidade urgente de uma nova possibilidade de relação entre os sujeitos.

## **Metodologia**

Os participantes foram 113 alunos e alunas das séries iniciais do ensino fundamental de uma escola particular da cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais.

Como instrumento, utilizei o livro paradidático “Apelido não tem cola” de Regina Otero e Regina Rennó (1996), que serviu como disparador da atividade a ser realizada com os alunos.

A atividade teve início com a leitura do livro, que é um livro interativo, pois em vários momentos pede que o leitor expresse seus sentimentos com relação aos pontos abordados, todos eles relativos a apelidos. Em decisão conjunta com os alunos participantes, optou-se pela realização de uma conversa informal, na qual o aluno que desejasse nos faria uma narrativa sobre o apelido que recebe e sobre seus sentimentos frente a tal fato.

A narrativa permite, neste caso, como nos diz Larrosa (1995, p. 224) “um discurso mais próximo à vida, às vivências, à experiência e também, por sua vez, pode amparar com naturalidade a expressão dos pensamentos, dos sentimentos, dos desejos das pessoas implicadas na pesquisa” (tradução minha).

Complemento sobre o estilo narrativo, ainda com Larrosa (1995, p.66):

[...] sua forma não se aproxima de uma apresentação dos fatos e da realidade reunidos em categoria de análises lógicas e indiscutíveis. Pelo contrário, permite apresentar uma realidade aberta às dificuldades, ao contraste, às possíveis interpretações diferentes, às possíveis identificações com os personagens, com o ambiente em definitivo, através da narração pode-se concretizar e construir uma realidade aberta ao diálogo [...] (tradução minha).

Assim, a narrativa dos sujeitos foi utilizada com a pretensão única de compreender suas experiências, para que se possa pensar, (re) pensar e quem sabe, ressignificar a relação dos sujeitos nas escolas.

## **Resultados e discussão**

Através das narrativas dos alunos e das alunas, foi possível perceber que de uma maneira geral, nenhum deles gosta de receber apelidos. Mesmo apelidos que surgiram e foram percebidos



como carinhosos, alguns participantes narraram não gostar dos mesmos. Em seguida, serão expostas as narrativas dos alunos e das alunas de acordo com o ano ao qual pertencem.

Nas narrativas dos alunos e das alunas do 1º ano, como já foi exposto anteriormente, surgiram apelidos de caráter “carinhoso” e também apelidos que claramente tinham o objetivo de irritar os sujeitos apelidados. Apelidos como “Mônica”, em referência ao personagem da Turma da Mônica, “magrela”, “baixinho”, “gordo” e também apelidos como diminutivo do nome dos alunos e das alunas. Nesta turma, os participantes não souberam expor seus sentimentos com relação aos apelidos que recebiam e sempre relatavam sentir vergonha quando eram chamados pelo mesmo. Em um caso específico de um aluno negro, cujo apelido era “moreno”, o aluno relatou vergonha por ser chamado assim, além de dizer que não era moreno, e sim “preto”.

Os alunos e alunas do 2º ano narraram receber muitos apelidos que eles mesmos categorizaram como “implicância”. Sempre eram apelidados como “burro”, “bode”, “besta”, “idiota”, entre outros. Nesta turma, todos relataram se sentir diminuídos quando eram chamados por estes nomes.

Com os alunos do 3º ano também surgiram apelidos “carinhosos”, como diminutivos do nome e “irritantes”, por exemplo, no caso de um aluno ruivo que era chamado de “foguinho”. Conforme a atividade ia sendo desenvolvida e a cada narrativa que escutávamos a turma ia ficando mais sensível ao sentimento relatado pelos colegas.

Na turma do 4º ano a dinâmica não foi muito diferente, exceto pela narrativa de uma aluna que possui um grau de estrabismo, que é muito querida pelos colegas. Ela nos relatou que na hora do recreio ela era chamada de “olho torto” e ao nos contar sobre como se sentia ao receber este apelido, a aluna disse que lhe parecia que os colegas não a aceitavam como ela era e que pareciam querer que ela fosse outra pessoa.

No 5º ano a atividade assumiu um caráter bastante polêmico, também surgiram apelidos “carinhosos” e “irritantes”, mas a narrativa de uma aluna, chamada pelos colegas de “maria-homem” (por gostar de jogar futebol e participar das aulas de “futsal”), foi o disparador da maior polêmica. Ela disse que se sentia magoada por ser chamada por tal apelido e os colegas justificaram que a chamavam assim devido seu comportamento. Embora conversássemos sobre a necessidade de entender o outro e suas vontades e afinidades, os alunos sempre se posicionavam com o discurso de que “mulheres fazem coisas de mulheres e homens fazem coisas de homens”, não havendo o entendimento do reducionismo que tal posicionamento gerava.



Ao final das atividades com todas as turmas, produzimos um cartaz com o título “Apelido NÃO!”, no qual cada aluno poderia escrever palavras que reproduzissem o sentimento que os apelidos geravam. Algumas das palavras usadas foram: “mágoa”, “dor”, “tristeza”, “raiva”, “ódio”, “diminui”, “envergonha”, “humilha”, “machuca”, entre outras.

Ao final de cada atividade com as turmas citadas, houve uma explicação sobre a importância da aceitação do Outro como ele é e sobre como pode ser determinante na vida do ser humano, a humilhação, a agressão, a violência e a degradação da identidade que nos constitui como sujeitos.

## Conclusões

Através desta atividade foi possível perceber a as experiências dos alunos e das alunas frente aos apelidos que recebem. Muitos sentimentos foram trazidos à tona a partir da atividade e da discussão proposta. É necessário que a violência produzida com o uso de apelidos seja desvelada para que as relações tecidas no cotidiano da escola tomem um outro teor.

Outro ponto importante, é que os educadores tenham maior consciência do que acontece na escola. Por várias vezes, os apelidos eram usados em momentos que os alunos e as alunas estavam sozinhos entre si, e assim, uma intervenção era impossível. A problemática disto, é que ao não conhecermos sobre as relações dos alunos e das alunas entre si, nos tornamos coniventes com tais violências.

Ainda falta-nos a sensibilidade de levantarmos questões cruciais, das quais o diálogo é parte imprescindível para a boa convivência entre os alunos e as alunas e para a constituição da singularidade de cada um.

Este trabalho, pelo menos nesta escola, serviu para levantarmos questões sobre o que significa ser humano e levar uma vida humana, entendendo que as noções de amor, amizade, respeito e gentileza se constituem como uma alavanca para um mundo mais equilibrado.

## Referências

- BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica. 2013.
- CANDAUI, V.M.F. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p.125-161. Agosto. 2002
- DOMINGO, J.C. Prólogo. In: SKLIAR, C.; LARROSA, J. (Comp.) **Experiencia y alteridad en educación**. 1ª edición. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2009.



FLEURI, R.M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**. No. 23, p. 16-35. Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GUIMARÃES, M. R. *Por uma cultura de paz*. 2004. Disponível: <http://www.educapaz.org.br/texto3.htm>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

LARROSA, J. Voces que cuentan y voces que interpretan. In: ARNAUS, R. **Déjame que te cuente**. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **ViolencePrevention Alliance. Building global commitment for violenceprevention**. Geneva: OMS. 2007. Disponível: <http://www.who.int/publications/en>. Acesso em: 14 de abril de 2015.

OTERO, R; RENNÓ, R. **Apelido não tem cola: O lúdico no conhecimento do ser**. Editora do Brasil, 1996.